

Dupla convocação acaba com recesso do Congresso

O anúncio da autoconvocação do Congresso durante o recesso de julho, feito pelos presidentes do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE) e da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) coincidiu com a convocação feita ontem pelo presidente Fernando Collor para apreciar os projetos de interesse do Governo e que não foram votados até agora pelo Legislativo. O anúncio da convocação do Congresso pelo Executivo foi feito pelo ministro-chefe da Secretaria do Governo, Jorge Bornhausen, logo após reunião do presidente Collor com os líderes do Governo na Câmara e no Senado. Minutos antes Benevides e Ibsen haviam anunciado a autoconvocação.

Com isso fica valendo a dupla convocação da Casa, o que significa que a pauta de votação será ampliada com a inclusão de matérias de interesse do Palácio do Planalto que não estavam na ordem do dia prevista pelos dirigentes do Legislativo quando decidiram pela autoconvocação. Na mensagem defendendo a convocação, o Governo deverá especificar os projetos que deverão constar da pauta de votação da Câmara e do Senado durante o período de convocação, destacando-se o projeto de modernização dos portos, o de regulamentação de marcas e patentes e o de ajuste fiscal.

Além do acúmulo de matérias na pauta de votação, as últimas denúncias relacionadas com a CPI do caso PC Farias foram os principais motivos alegados pela direção das duas Casas para a suspensão do recesso parlamentar de julho. "Todos somos sensíveis ao quadro nacional, que recomenda o funcionamento do Congresso em julho", argumentou o presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro. "Não há dúvidas de que as novas denúncias da imprensa pesaram na decisão dos líderes, favorável à autoconvocação", completou Benevides.

Jetons — Hoje, pela manhã, as mesas da Câmara e do Senado se reúnem para decidir sobre a forma de convocação e a pauta a ser seguida, que inclui também as

JEFFERSON PINHEIRO



Benevides e Ibsen anunciaram a autoconvocação pouco antes...

ADAUTO CRUZ



...de Bornhausen e Rodrigues transmitirem a decisão de Collor

matérias propostas pelo Executivo. Benevides justificou também a autoconvocação do Congresso para evitar desgaste à instituição, pois se a convocação partisse do Executivo os parlamentares teriam direito ao pagamento de ajuda de custo o que, na sua opinião, "seria extremamente inconveniente para o Legislativo".

Entretanto, com o anúncio da convocação do Congresso pelo

presidente Collor, o pagamento de jetons se torna obrigatório, assegurando a cada parlamentar o equivalente a uma remuneração mensal. O senador Mauro Benevides manifestou-se contrário ao pagamento de ajuda de custo, alegando tratar-se de prorrogação dos trabalhos. Ibsen Pinheiro admitiu que essa questão será decidida hoje, durante a reunião das mesas da Câmara e do Senado.